

A Política Externa da Primeira República e os Estados Unidos: a atuação de Joaquim Nabuco em Washigton (1905-1910)

Foreign Policy during the Brazilian First Republic Period and the United States: the Role of Joaquim Nabuco in Washington (1905-1910)

PAULO JOSÉ DOS REIS PEREIRA*

Rev. Bras. Polít. Int. 48 (2): 111-128 [2005]

Introdução

Neste artigo pretendemos jogar luz sobre alguns aspectos do relacionamento que se estabeleceu, no início do século XX, entre o Brasil e os Estados Unidos, momento em que os dirigentes das relações externas brasileiras viram os norte-americanos como potenciais parceiros estratégicos, acabando por produzir uma expressiva conjuntura histórica de aproximação político-diplomática entre os dois países¹. Nessa proposta, exploraremos em que medida as idéias do primeiro embaixador brasileiro em Washington, Joaquim Nabuco (1905-1910), transformadas em ação política, influenciaram nos rumos da atuação externa projetada pelo ministro das Relações Exteriores, Rio Branco (1902-1912). Nos deteremos, assim, tanto nas características e objetivos das concepções que Nabuco defendeu durante todos os seus cinco anos atuando como um diplomata de alto cargo, quanto na função e no lugar que elas ocuparam para o governo republicano nesse projeto.

A escolha de Joaquim Nabuco para figurar como eixo da nossa pesquisa merece uma explicação à parte. Ela ganha sentido quando reconhecemos que ele era parte integrante da intelectualidade brasileira da época, exemplificado na sua presença como membro fundador da Academia Brasileira de Letras, fazendo parte do seu núcleo forte ao lado de Machado de Assis, Euclides da

* Mestre em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual Paulista – Unesp, Universidade de Campinas – Unicamp e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP e pesquisador do Observatório de Relações Estados Unidos-América Latina (pjrperreira@uol.com.br).

¹ Este artigo é extensivamente baseado na dissertação de mestrado do autor, intitulada *A Política Externa da Primeira República e os Estados Unidos: a atuação de Joaquim Nabuco em Washigton (1905-1910)*, defendida em 2005.

Cunha, Oliveira Lima, Domício da Gama, Silvio Romero, José Veríssimo, Salvador de Mendonça, Graça Aranha, Rui Barbosa, entre tantos outros formadores de opinião, representando um ícone da corrente que acreditava ser os Estados Unidos o grande parceiro brasileiro do momento. Não queremos dizer com isso que as idéias que ele formulou para esse relacionamento tenham coincidência com as dessa elite ou da opinião pública, mas somente que era um personagem nacional expressivo, ocupando cargo de inegável ascendência, e que atuou em função de uma linha de política externa que ganhava força desde os primeiros fogos republicanos. E ao propor uma inserção internacional ao Brasil por esse meio, com peculiaridades próprias de um espírito inovador, Nabuco representou uma importante tendência nacional que ainda se estenderia por um longo período.

Nessa mesma linha, a pesquisa ganha importância em dois aspectos. O primeiro diz respeito ao estudo da relação entre o Brasil e os Estados Unidos nesse período histórico. Existe um número razoável de trabalhos que abordaram de maneira geral o tema da política externa republicana. Muito menor, no entanto, são os que se debruçaram sobre o estreitamento das relações com os Estados Unidos e as eventuais nuances nela contidas. Pretendemos contribuir para preencher essa lacuna.

O segundo aspecto se relaciona com o próprio Nabuco. Ao ler os estudos sobre a política exterior republicana e a sua diplomacia, nota-se que a figura de Rio Branco recorrentemente encobriu a de Joaquim Nabuco. Pode-se explicar isto por dois fatores: Rio Branco, enquanto ministro, era quem oficialmente coordenava as tomadas de decisões dos assuntos exteriores, tinha grande autonomia em relação ao governo e, já na época, era tido como um personagem glorificado da nação por sua maestria no trato dos assuntos internacionais, praticamente um herói². Nabuco, também, devido à sua própria história, é uma figura basicamente lembrada por sua militância em favor da abolição, atuação que ocupou grande parte de sua vida e dos seus escritos, o que colocou em segundo plano os cinco anos que trabalhou como embaixador, período curto e parcamente analisado. A consequência disso é a ocorrência do que podemos classificar de uma história esquecida de Nabuco, tão rica quanto a de sua época como abolicionista só que inversamente desacreditada. Nosso estudo pretende, assim, retomar essa sua “história esquecida”, reinserindo-a na política externa brasileira da Primeira República.

O procedimento pelo qual fizemos esse exercício foi o de reconstruir as concepções de Nabuco utilizando sua documentação pessoal e diplomática original, obtida em sua maioria na Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj) e no Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI), mas também na coleção de suas “Obras

² LINS, Álvaro. *Rio Branco; Biografia pessoal e História política*. 3ª edição. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1995, p. 395.

Completas” editada pelo Instituto Progresso Editorial. A utilização de seus discursos americanos se deu a partir da compilação feita pelo editor Benjamin Águila. Fizemos o preenchimento das lacunas que ainda subsistiam nessa documentação com a escassa literatura sobre o tema, em sua maioria biografias, donde as que têm alguma importância são as obras de Carolina Nabuco, filha de Joaquim Nabuco, e a de Luís Viana Filho. Dentre os pouquíssimos trabalhos especializados sobre o assunto, destacamos o de Olímpio de Souza Andrade da década de 1960 que, apesar de conter análises não tanto aprofundadas e documentadas, traz contribuições importantes, especialmente no que se refere às discussões sobre o ideal de solidariedade continental proclamado por Nabuco. No entanto, a obra mais significativa sobre o assunto é a de João Frank da Costa, não por coincidência, afirmando a característica fundadora dos estudos sobre a política externa brasileira, um diplomata de carreira e não um acadêmico. Realizada na década de 1970, contribuiu em vários aspectos para o entendimento das idéias de Nabuco como embaixador. Alguns trabalhos mais contemporâneos, donde destacamos o de Helder Gordim da Silveira (2000) e o de Ricardo Salles (2002), trouxeram discussões significativas para o nosso trabalho, o primeiro ao focalizar particularmente o papel de Nabuco no processo de representação simbólica do interesse nacional, fundado na emergência do paradigma de americanização que dominou as relações exteriores brasileiras, o segundo nos esclarecendo certas nuances ideológicas de Nabuco ao fazer referência a que tipo de elite intelectual o embaixador fez parte como expressamente um político abolicionista da geração de monarquistas de 1870.

Grande parte do que se referiu à contextualização e à avaliação da política externa desse momento republicano foi feito com documentação secundária. Vários trabalhos, dos quais destacamos o de Bueno (1995 e 2003) e Burns (2003), foram utilizados. Para a tarefa de reconstrução de certas idéias e posicionamentos próprios de Rio Branco, que no decorrer da pesquisa se mostrou necessária, usamos alguma documentação primária, mas em sua maioria biografias, como a de Rubens Ricupero (2000) e a de Álvaro Lins (1996).

Nesse artigo, após apresentarmos o movimento de aproximação entre Brasil e Estados Unidos nas primeiras décadas da Primeira República, trabalharemos a estabilização de Nabuco no cargo de embaixador e seu relacionamento com Rio Branco, seguido da análise do processo de construção das suas concepções políticas internacionais e as possibilidades que enxergava para a ação da política externa brasileira.

O processo de aproximação entre Brasil e Estados Unidos no início da Primeira República

A criação da primeira embaixada brasileira em Washington em 1905, materialização do relacionamento preferencial que o ministro das Relações

Exteriores, Rio Branco, projetava ter com os Estados Unidos, se insere dentro de um movimento nacional mais amplo. De fato, esse acercamento remonta à proclamação da República, quiçá ao final da época imperial. Há de se fazer referência, no entanto, ao fato de que o chamado “espírito de cordialidade” que alguns escritores erroneamente atribuíram para todo o século XIX, na realidade é uma caracterização correta para um período mais recente³, as últimas décadas do Império. Tendo ocorrido alguns atos amenos como a solução de alguns imbrólios diplomáticos como o caso Webb em 1869, a votação do Congresso Americano em 1872 pela isenção do pagamento de direitos sobre o café e a viagem de Dom Pedro II às comemorações do centenário da independência norte-americana em 1876, fertilizou-se o terreno da onde, com o início da República, brotaria um relacionamento mais estreito.

Com a proclamação da República em 1889 e os primeiros passos de uma ação internacional pautada no manifesto de 1870, nascia uma visão estreita dos relacionamentos continentais que tendia a se basear no princípio de solidariedade a partir da similaridade institucional. Essa corrente bradava: “somos da América e queremos ser americanos”⁴ e buscou intensificar relações com todo os países vizinhos num projeto cujo objetivo era se distanciar de tudo o que Império representava. Acreditava-se que o regime republicano, enquanto evolução do Novo Mundo, não deveria vincular o país à Velha Europa. Era necessário repensar a inserção internacional do Brasil a partir do próprio continente, pressupondo uma fraternidade entre os países americanos.

Esta tendência foi se atenuando com a imposição de uma realidade internacional diversa da idealizada, pautada por interesses nacionais concorrentes entre as unidades políticas, especialmente aquelas com as quais se faz fronteira. Mas enquanto esse processo de conscientização estava em curso, motivados por atitudes republicanas ingênuas e fracas, os Estados Unidos se aproveitaram de modo hábil para marcar terreno econômico e político importante no Brasil, primeiro conseguindo obter o Convênio Aduaneiro de 1891 e, segundo, utilizando os acontecimentos da Revolta da Armada de 1893 para se mostrarem como protetores do novo regime.

Como pano internacional dessa política de aproximação há de se fazer referência ao momento interno e externo que possibilitou aos Estados Unidos, já no crepúsculo do século XIX, surgirem como uma potência mundial. Por essa época eles já podiam ser definidos como o primeiro país industrial e manufatureiro do mundo⁵, garantindo espaço na corrida imperialista que

³ HILL, Laurence F. *Diplomatic Relations Between the United States and Brazil*. Nova York: AMS Press Inc., 1971, p. 259; COSTA, João Frank da. *Joaquim Nabuco e a Política Exterior do Brasil*. Rio de Janeiro: Gráfica Record Editora, 1968, p. 146.

⁴ *Apud* BELLO, José Maria. *História da República*. 4ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976, p. 17.

⁵ MORISON, Samuel E. e COMMAGER, Henry S. *História dos Estados Unidos da América*. Tomo II. Edições Melhoramentos, s.d., p. 275.

caracterizava o período ao determinarem a América Latina como a sua área lógica de expansão política e comercial. O desenvolvimento industrial norte-americano e as suas conseqüências sociais acabaram, com o desencadear de um movimento progressista, reestruturando os objetivos externos da nação e possibilitando a ascensão de Roosevelt e de outras personalidades que viriam a dominar o cenário político desse país nas primeiras décadas do século XX. Nesse bojo, reeditou-se a doutrina Monroe em duas frentes: uma baseada num corolário agressivo, que pretendia determinar a sorte (ou a má sorte) dos países do continente que infringissem as regras de segurança norte-americana, baseadas na estabilidade política da região e na prevenção contra ingerências européias⁶, e outra, *soft*, que a utilizava como filosofia aglutinadora do pan-americanismo para amenizar as descortesias provocadas pelos ensaios imperialistas da primeira frente⁷.

É pelo prisma desse quadro internacional, inserido no referido histórico nacional, que analisamos os objetivos e as características da política de aproximação implementada por Rio Branco com essa nova potência. Usando como argumento as comparações possíveis entre os dois países como território, população e diferenças substantivas com os vizinhos, Rio Branco apoiou grande parte das pretensões dos Estados Unidos no continente. Fez isso quando percebeu a utilidade de se ter esse país a favor ou, pelo menos, não tê-lo contra⁸, a partir dos imbróglis diplomáticos de 1903 com o *Bolivian Syndicate*, consórcio de capitalistas norte-americanos e ingleses, especuladores de *Wall Street* e da *City* de Londres, ao qual a Bolívia cedeu poderes praticamente soberanos de administrar, policiar e explorar recursos naturais de uma região do Acre com fronteira indefinida com o Brasil. Em oposição ao medo do imperialismo norte-americano, Rio Branco afirmava a incoerência de qualquer das ações do corolário Roosevelt interferir, ao sul do continente, na soberania brasileira, sendo, o nosso, um país ordeiro e responsável. Diria “não vejo motivos para que as três principais nações da América do Sul, – o Brasil, o Chile e a Argentina, – se molestem com a linguagem do Presidente Roosevelt (...) ninguém poderá dizer com justiça que elas estão no número das nações desgovernadas ou turbulentas que não sabem fazer bom uso da sua independência”⁹

Assim, buscou utilizar tal aproximação como trunfo na viabilização do que considerava os interesses nacionais primários, como a garantia do modelo agroexportador pela intensificação do comércio cafeeiro¹⁰ (os Estados Unidos

⁶ ATKINS, Pope G. *América Latina en el Sistema Político Internacional*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1991, p. 164.

⁷ Cf. SMITH, Joseph. *Unequal Giants; diplomatic relations between the United States and Brazil, 1889-1930*. University of Pittsburg Press, 1991, p. 35.

⁸ Cf. BUENO, Clodoaldo. *Política Externa da Primeira República; Os anos de apogeu – de 1902-1918*. São Paulo: Paz e Terra, 2003, p. 320; SMITH, *op. cit.*, p. 43.

⁹ Despacho reservado para Washington – Rio Branco a Gomes Ferreira, 31/01/1905 (AHI).

¹⁰ Despacho reservado para Washington – Rio Branco a Gomes Ferreira, 31/01/1905 (AHI).

eram nossos mais importantes compradores), a solução de litígios fronteiriços¹¹, o alcance de uma preponderância na América do Sul¹², bem como prestígio e reconhecimento mundial. Elevava, assim, aqueles ensaios rudimentares de relacionamento com os Estados Unidos do início da República até o seu ápice, não descartando nunca, no entanto, as relações com os países sul-americanos e com a Europa.

Nabuco embaixador em Washington: receio, aceitação e ação

Quando Rio Branco convidou Nabuco para ocupar o recém-criado cargo de embaixador, dando corpo a um dos eixos essenciais da sua política externa, o fez reconhecendo o antigo amigo como um diplomata completo para tal empresa, seja intelectualmente, já como adepto do monroísmo, seja fisicamente, pelo seu porte europeu, além de ser detentor de grande prestígio nacional¹³. De seu lado, Nabuco, conhecido por seu europeísmo, não se entusiasmou “desde o primeiro instante”¹⁴ com o cargo como afirmam alguns. Na verdade, relutou um pouco a sua aceitação por ter que abandonar seu posto, de inegável prestígio, como ministro em Londres e pela desconfiança de que o ato tivesse somente um caráter formal, sem uma política estruturada de longo prazo¹⁵. Aceitava-o, no entanto, alegando obrigação patriótica¹⁶. Mas após iniciar seus trabalhos em Washington e apresentar suas credenciais à Roosevelt, que geraram repercussão muito positiva na opinião pública norte-americana¹⁷, começava a reavaliar seus primeiros receios e a enxergar um melhor horizonte para a sua tarefa. Ia surgindo o vislumbre de amplas possibilidades de ação em um cargo de tal forma inédito e em um país que caminhava para uma ascendência mundial única no continente americano. Já reconhecendo a importância da criação, Nabuco diria: “Considero data 24 de maio de 1905 [dia em que entrega pessoalmente à Roosevelt suas credenciais de embaixador] tão grande nossa ordem externa quanto 13 de maio 1888 nossa ordem interna [dia da assinatura da Lei Áurea]”¹⁸.

Como parte de uma geração que perdia suas referências políticas em meio ao desmoronamento do mundo construído durante todo o século XIX,

¹¹ BURNS, Bradford E. *A Aliança não escrita; O Barão do Rio Branco e as Relações Brasil-Estados Unidos*. Rio de Janeiro: EMC Ed., 2003, p.213-214; BANDEIRA, Moniz. *A Presença dos Estados Unidos no Brasil (dois séculos de história)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973, p.170.

¹² BURNS, *op. cit.*, p.65.

¹³ LINS, *op. cit.*, p. 320.

¹⁴ ANDRADE, Olímpio de Souza. *Joaquim Nabuco e o Brasil na América*. 2º ed. rev., São Paulo: ed. Nacional, 1978, p.31.

¹⁵ Carta de Joaquim Nabuco a Graça Aranha, 2/2/1905, grifo no original (Fundaj).

¹⁶ NABUCO, C. *A Vida de Joaquim Nabuco*. 4º ed. rev. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1958, p. 400

¹⁷ *Evening Star*, 24/05/1905.

¹⁸ *Apud* COSTA, *op. cit.*, p. 76.

primeiro com o esgotamento da causa abolicionista, depois com a queda da monarquia e todos os outros processos que tomavam lugar no plano mundial, entre eles a perda da centralidade européia, o novo fôlego imperialista e o desenvolvimento de tecnologias que reorientavam noções de tempo e espaço, Nabuco buscava adaptar novos paradigmas de ação¹⁹. Como um monarquista reformador oscilava, na sua ação e pensamento, entre reformismo e conservadorismo, liberdade e ordem, nação e cidadania²⁰. Perdido em meio a esse turbilhão de novidades e, por sua própria opção, estando apartado dos destinos do seu país ao afirmar-se monarquista em meio republicano, buscou uma nova inserção nesse plano pela via diplomática, que imaginava vinculá-lo tanto a uma esfera autônoma, distante das tensões partidárias, quanto impassível de crítica, como acreditava ser a defesa dos interesses do Estado brasileiro, e não do seu regime, perante o mundo. É nesse desígnio que aceita trabalhar pela república ainda monarquista, como que numa fase de adaptação²¹, e encontra uma causa legítima pela qual lutar, a aproximação do Brasil com os Estados Unidos. Assume ela da mesma forma que havia assumido outras no passado e, mesmo não desenvolvendo similar cabedal teórico e prático, com a mesma volúpia.

Nabuco, no início de 1905, já incorporara seu novo cargo nos dizeres “sou chamado a criar esse papel”²². Nas palavras de Luis Viana Filho, o embaixador pretendia “fazer jogo próprio”²³ e, com esta postura cada vez mais propositiva, surgem os primeiros conflitos com Rio Branco, sejam eles de ordem pessoal ou política, sempre em torno dos direcionamentos que devia seguir o projeto de aproximação com os Estados Unidos e os meios para se obter dela resultados significativos. Nabuco queria ver garantida sua autonomia de ação à frente da embaixada. Assim, quando Rio Branco em 1906 foi convidado pelo novo presidente Afonso Pena para continuar no cargo de ministro, Nabuco dirá: “Vejo que você será o ministro. Pelo país estimo, pois você é uma força ao serviço da dele (...) por mim na parte que me é direta felicito-me, pois você não me desconfessará e me dará liberdade de ação, sem a qual nada posso fazer pela amizade Americana”²⁴.

Nabuco, em pouco tempo, definira para si próprio que o Chanceler, depois de ter dado força à política de aproximação, não lhe dava a devida continuidade. Na correspondência ativa de Nabuco pode-se notar claramente esse

¹⁹ NOGUEIRA, Marco Aurélio. *As desventuras do Liberalismo – Joaquim Nabuco, a Monarquia e a República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p.148.

²⁰ SALLES, Ricardo. *Joaquim Nabuco: um pensador do Império*. Rio de Janeiro: TOPBOOKS, 2002, p.27-28.

²¹ Cf. Carta de Joaquim Nabuco a Graça Aranha, 15/01/1905 (NABUCO, Joaquim. *Obras Completas de Joaquim Nabuco – XIV – Cartas a Amigos; Vol II*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial S.A., 1949, p. 207 – essa nota será identificada como *Cartas II* daqui para frente).

²² Carta de Joaquim Nabuco a Graça Aranha, 02/02/1905 (NABUCO, *Cartas II*, p. 207).

²³ VIANA FILHO, Luís. *A Vida de Joaquim Nabuco*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1952, p. 299.

²⁴ Carta de Joaquim Nabuco a Rio Branco, 12/10/1906 (AHI).

descontentamento desde que assumiu seu posto em Washington. Várias cartas mostram uma inquietação proporcionada pelo silêncio de Rio Branco quanto a política a ser seguida em Washington, tanto de maneira geral quanto em situações específicas. Confessará à Graça Aranha: “O Rio Branco, esse, não me escreve, nem me diz nada, de modo que não posso conjecturar coisa alguma quanto aos planos e pensamento dele”.²⁵

Isso é notório nos primeiros momentos de embaixada²⁶, por ocasião da organização do Congresso Pan-americano de 1906 que se realizou no Rio de Janeiro²⁷ e, de modo geral, Nabuco reclamaria da falta da correspondência pessoal e atenção de Rio Branco para com ele próprio durante todo o tempo que atuou na embaixada²⁸. A percepção de Nabuco sobre a situação era a de que estava apartado das diretrizes políticas de Rio Branco. Sendo assim, tendia a formular de maneira cada vez mais detalhada suas concepções sobre o relacionamento continental e o meio internacional e aplicá-las sempre que possível dentro da ótica geral, que sabia estar aceita, de uma política de aproximação com os Estados Unidos.

A influência mais direta de Nabuco na política externa brasileira se deu pelo efeito irreversível causado pelas suas ações diplomáticas que chegaram ao conhecimento da opinião pública e ganharam repercussão. Quando Nabuco agia numa certa direção frente a determinado assunto ou evento internacional, gerando publicidade, sua ação acabava adquirindo o caráter da política externa do governo brasileiro, um tom oficial. Era como uma ação sem volta que imprimia num ato a marca desse seu protagonista e, mesmo que isso não estivesse completamente de acordo com o pretendido pelo governo, ela era percebida e gerava repercussões enquanto tal.

Isso não foi uma regra de conduta de Nabuco, mas esses atos – podemos chamar de desvios – aconteceram e podem ser vistos como a marca mais visível de Nabuco na política externa brasileira. Os casos mais expressivos são o incidente da *Panther* em 1905, um patente desrespeito à soberania brasileira, e os decorrentes eventos de preparação e realização da III Conferência Pan-americana de 1906 que se realizaria no Rio de Janeiro com a visita do secretário de Estado norte-americano Elihu Root. Em ambos os casos, Nabuco deu um tom mais drástico às idéias de Rio Branco no que se refere ao relacionamento com os Estados Unidos, incentivando o que chamava de “quase aliança” ou, pelo menos, buscando que o meio internacional percebesse a relação desses países enquanto tal.

²⁵ Carta de Joaquim Nabuco a Graça Aranha, 21/6/1905 (NABUCO, *Cartas II*, p. 219).

²⁶ Carta de Joaquim Nabuco a Graça Aranha, 21/6/1905 (NABUCO, *Cartas II*, p. 219).

²⁷ Carta de Joaquim Nabuco a Rio Branco, 19/12/1905 (NABUCO, *Cartas II*, p. 237).

²⁸ Cartas de Joaquim Nabuco a Graça Aranha de 21/06/1905 (NABUCO, *Cartas II*, p. 217-219), 2/2/1906 (NABUCO, *Cartas II*, p. 242) e 12/11/1908 (NABUCO, *Cartas II*, p. 321); Carta de Joaquim Nabuco a Cardoso de Oliveira de 22/10/1909 (Fundaj).

Nabuco na República: reorientação intelectual e transformação da imagem dos Estados Unidos

Toda a ação de Nabuco como embaixador esteve informada por uma série de concepções políticas, formuladas pouco a pouco a partir da reapropriação de suas experiências de vida. Elas se estruturaram em volta de um liberalismo humanitário, herdado ainda do combate abolicionista e do seu desdobramento em questões sociais. Essa época de propaganda e palanques havia também lhe desenvolvido a oratória, que, entendida como importante elemento de mobilização política, foi um dos instrumentos de batalha de seu americanismo. A par disso, suas viagens à Europa e aos Estados Unidos na década de 1870, como adido de legação, repensadas anos mais tarde, no mesmo exílio auto-infligido após a queda da monarquia em que faria suas primeiras incursões analíticas sobre o papel da potência do norte na política continental, foram também contribuições importantes.

Seguindo a referência feita por Evaldo Cabral²⁹, podemos dizer que no momento crítico em que se encontrava apartado dos rumos que seu país ia tomando, seja interna ou externamente, Nabuco sofria de maneira muito vívida o dilema do mozombo, isto é, do descendente de europeu ou que a sociedade determina enquanto tal, fragmentado entre a Europa e a América, na crença de que em algum momento terá que se decidir por uma das duas civilizações. O contato e a adesão de Nabuco à Europa haviam lhe fornecido material psicológico suficiente para sustentar sua vida política por muito tempo, até a abolição e a queda da monarquia, quando então se viu pressionado a rever conceitos e reestruturar seus pensamentos. Assim, se seu europeísmo fora monarquista, o processo de elaboração de seus pensamentos americanos culminou, não por coincidência, com a sua adesão ao governo republicano.

Esse dilema ganha força a partir da imagem, poderíamos dizer, antinômica, sobre os Estados Unidos que Nabuco constrói no primeiro contato com esse país, ainda como adido de legação em 1876, e, depois, como embaixador em 1905. Chegando como adido a Washington num momento conturbado da política interna do país, Nabuco tece uma série de críticas fortes à política e aos políticos norte-americanos. Está, nessa época, já imbuído de influências européias, empolgado pela centralidade internacional desse continente, sua tradição aristocrática e monárquica, além das idéias políticas do pensador inglês Bagehot. Encontrava, no entanto, nos Estados Unidos um povo da mesma raiz racial que os ingleses e, por isso, com potencialidades latentes, ainda que considerasse que seu meio não havia proporcionado o desenvolvimento de uma civilização que surpreendesse em qualquer aspecto.

²⁹ NABUCO, Joaquim. *Minha Formação*. 13ª edição, Rio de Janeiro: TOPBOOKS, 1999, p.12.

A partir de 1905, Nabuco, na mesma medida em que ia relativizando a importância da antiga Europa, influenciado especialmente pela percepção cada vez mais clara das limitações que se encontrava constrangido em Londres, atuando no meio de um conflito interimperialista entre grandes potências como chefe da legação de um país inexpressivo nesse quadro, como era o Brasil, também, ao se tornar embaixador, tentou encontrar uma diretriz que desse sentido ao seu posicionamento de aproximação com os Estados Unidos. É com essa necessidade que tenta determinar um novo papel para esse país, tanto no plano mundial, como promotor de estabilidade e paz com a subida de Roosevelt ao poder, como no plano continental, com a administração de Elihu Root no Departamento de Estado e seu viés pan-americano.

O desenvolvimento econômico e material dos Estados Unidos, as potencialidades das invenções e a postura de cada indivíduo na busca pelo novo e pelo melhor só haviam ganhado força com o passar dos anos e Nabuco reconhecia tudo isso. Todas as características do que poderíamos chamar de “civilização material” menos importantes para Nabuco se comparadas com o peso histórico do Velho Mundo (instituições, arte, tradição), estavam, nos Estados Unidos, produzindo frutos, à vista do nosso embaixador, excepcionais. Elas haviam elevado a posição internacional do país a um nível muito alto e, apesar de não enxergar, na parte cultural, qualquer contribuição dos Estados Unidos para o mundo, entendeu que havia uma outra contribuição tão importante quanto ou maior, que ganhava perspectiva: a promoção da paz pelo exercício do seu poder. Concorreu especialmente para isso a forte impressão que lhe causou a mediação de Roosevelt em 1904 que pôs fim à guerra Russo-Japonesa³⁰. A partir daí definiu para si qual era a função dos Estados Unidos no mundo. Assim que assume o cargo de embaixador escreverá a Roosevelt “Eu peço que V.Ex. gentilmente aceite a expressão de nossa gratificação e comum orgulho americano pela nobre página que você escreveu na história da civilização. Todo o mundo lerá isso como um prefácio para uma nova Era de paz (...) Nesse sentido você criou para a presidência americana uma função que conquistará para ela a hegemonia moral do mundo, a única que pode ser aceita”.³¹

Nabuco achava que tal reconhecimento poderia trazer benefícios para o Brasil, o que, dentro do processo ideológico de americanização em que vivíamos no início do século XX, acabou dando expressão e significação ao que considerava uma condição modelar da sociedade mais avançada do nosso continente, a norte-americana.

³⁰ NABUCO, Joaquim. *Discursos e Conferências nos Estados Unidos*. Trad. De Arthur Bomilcar. Rio de Janeiro: Benjamin Aguila, s/d, p. 168.

³¹ Telegrama de Nabuco a Theodore Roosevelt, 30/08/1905 (AHI).

O litígio anglo-brasileiro de 1904 e a adesão de Nabuco ao monroísmo

Estava, assim, preparado, por essa época, o terreno para a sua adesão ao monroísmo e ao pan-americanismo, proferidos pelos Estados Unidos como retórica da solidariedade americana, servindo como uma ideologia associativa do continente materializada nas conferências de 1889, 1901 e 1906. De fato, o monroísmo só tomou um caráter essencial nas concepções de Nabuco quando motivado pelo temor perene de um imperialismo territorial nos rincões esquecidos do Brasil, fomentado pelo malogro do litígio anglo-brasileiro de 1904 que havia lhe cristalizado a patente fragilidade do país frente a adversário de tamanho poder. Nabuco achava que para proteger-se do destino que se aparentava de perder regiões dos interiores do Brasil era necessário garantir uma aliança com os Estados Unidos como estratégia de dissuasão.

A solução dada pelo rei da Itália, árbitro da disputa fronteiriça entre o Brasil e a Inglaterra na região da Guiana, representou uma das grandes frustrações da nossa política externa, apesar do exaustivo trabalho diplomático realizado por Nabuco, como encarregado da sua defesa a pedido de Campos Sales em 1899. Havia ficado claro que a Inglaterra, além de ser um Império experiente em questões desse tipo, tinha influenciado a decisão ao seu favor por sua condição de potência mundial. Para o embaixador, “em questões com a Inglaterra (...) um país fraco como o Brasil pode considerar-se vencedor, quando fica com a metade do que reclamava”.³²

Esse laudo de 1904, precedente perigoso nesse estado de coisas, acabou de cristalizar em Nabuco a adesão ao monroísmo³³, tendo a questão territorial como sua maior preocupação. Ele havia combinado dois pontos essenciais para Nabuco: a ameaça territorial e/ou colonial européia e a idéia de dois mundos, o europeu e o americano, distintos em suas visões. A doutrina Monroe deveria ser, assim, seriamente aceita “como a fórmula exterior da independência do nosso continente, como a lei da nossa órbita internacional à parte da do Velho Mundo”³⁴. Para o Brasil, em particular, ela deveria representar um grande interesse nacional, já que vivíamos em um período histórico em que as antigas ficções de direito iam perdendo terreno, e a força, justificada pelo progresso material que ela desenvolve por toda a parte, avança sempre. Para o Brasil, “um mundo sobre o qual cada dia mais se dirigem as cobiças das nações que têm fome de terra, das raças que precisam expandir-se”³⁵, sem recursos de poder que pudessem ao menos se colocar perto da magnitude do problema, Nabuco só enxergava a sobrevivência da nação na habilidade de nossa política externa.

³² Carta de Joaquim Nabuco [1904]. Proc. desconhecida. (Fundaj).

³³ COSTA, *op. cit.*, p.48-49.

³⁴ Ofício de Washington – Nabuco para Rio Branco, 30/05/1905 (AHI).

³⁵ Carta de Joaquim Nabuco a Nilo Peçanha, 15/10/1906 (Fundaj).

“A doutrina de Monroe só é uma defesa contra os estrangeiros *bona fide*, um interdito possessório. Digo que é só isso, mas isso já é sem preço, pois este abrigo criou a segurança, com toda a sua influência benéfica no desenvolvimento de nações que estão, como as nossas, na fase de crescimento natural”.³⁶

O monroísmo tem na política externa norte-americana uma forte relação histórica e conceitual com o pan-americanismo e com sua doutrina alternativa, o latino-americanismo, que são dois momentos, um do século XIX outro do século XX, de um mesmo intento de aproximação entre os países americanos, ainda que com peculiaridades contrárias. Se o latino-americanismo, pensamento essencialmente político para a defesa e união hispano-americana, nunca vingou no continente apesar das recorrentes tentativas desde Bolívar³⁷, o pan-americanismo, proposta de união continental que camuflava um cunho fortemente econômico, ganhou força especialmente ao ser levantado pelos Estados Unidos ao fim do século XIX e ter o apoio de países como o Brasil. Encontrava resistência, no entanto, em vários países sul e centro-americanos, uma vez que sempre fora percebido como envolto em uma áurea de semblante imperialista³⁸.

Estrutura do sistema internacional e o lugar do Brasil

No momento em que assume o conceito de monroísmo nos dizeres “manifesto-me monroísta”³⁹, Nabuco faz uma nítida divisão entre o mundo europeu e o mundo americano, não só em termos políticos, mas também civilizacionais⁴⁰, já que a doutrina proporcionava uma identidade e interesse comum de desenvolvimento, proteção e união ao continente, uma espécie de “aliança moral”⁴¹. Concebe então um sistema americano que deveria ter como líder os Estados Unidos, visto que era o país mais evoluído e mais bem inserido na *high politic* internacional como uma potência emergente.

Nabuco percebia esse agrupamento coeso como um ator internacional e sinalizava a existência de outros como ele, só que caracterizados como blocos de países e regiões, unidos, seja por alianças ou dominação colonial, tendo como suporte às novas tecnologias do momento e encabeçados pelas mais importantes potências imperialistas. Juntas, essas unidades seriam a própria estrutura do sistema internacional. Tal estrutura aparece de forma geral nos

³⁶ Entrevista de Nabuco ao *Chicago Tribune* de 10/07/1905 (AHI).

³⁷ Cf. CASTILLO, Joaquim Santana. *Identidad cultural de un continente – Iberoamérica y la América Sajona. Desde la Doctrina Monroe hasta la Guerra de Cuba*. Habana: AUNA-CUBA, s/d., p. 24.

³⁸ LIEUWEN, Edwin. *U.S. Policy in Latin America: a short history*. New York: Frederick A. Praeger, publishers, 1966, p. 52.

³⁹ Carta de Joaquim Nabuco a Gastão da Cunha, 14/12/1905 (Fundaj).

⁴⁰ Cf. SILVEIRA, Helder Gordim. *Joaquim Nabuco e Oliveira Lima: faces de um paradigma ideológico da americanização das relações do Brasil*. Porto Alegre: PUCRS, 2000 (Tese de Doutorado), p. 149.

⁴¹ NABUCO, *op. cit.*, s.d., p. 146-147.

dizeres de Nabuco para o secretário de Estado norte-americano: “a influência benéfica dos Estados Unidos na história é provada pela existência, pela primeira vez, de uma grande zona Neutra, como é toda a América independente, inclinada para a paz, ao lado de uma outra massa (a Europa formando agora por controle, alianças, etc., um todo com a África e a Ásia) inclinada para a guerra, real ou eminente”.⁴²

O surgimento desse mundo multipolar, incentivado pela queda da centralidade européia com a ascensão de novos atores internacionais de peso, teria como principal característica a complementaridade entre a paz e a beligerância, característica dos dois blocos mais importantes, respectivamente o americano e o europeu.

Para que o bloco americano ganhasse cada vez mais expressão internacional seria necessário que todos os países que o compusessem alcançassem um desenvolvimento material e político parecido com o do seu tutor, os Estados Unidos. Nesses termos Nabuco realizava uma fragmentação sociocultural entre a América saxônica e a América latina, distanciadas durante muito tempo por um temor latino e a indiferença norte-americana. Segundo Silveira essa fragmentação representava uma diferenciação entre estágios de desenvolvimento, estando a norte-americana em um degrau bem superior⁴³. O contato dos menos desenvolvidos com essa alta civilização seria de grande benefício para os primeiros já que “a América Latina (...) se impregnaria, em medida diversa, do vosso otimismo, intrepidez e energia”.⁴⁴

Nabuco exercitava, nessa perspectiva, a construção de uma identidade nacional referida na civilização norte-americana como característica dessa nova fase de vida, algo que se mescla com os próprios rumos da cultura brasileira da época. Dentro desse entendimento amplo de como se projetava o continente americano internacionalmente e do terreno onde os relacionamentos entre seus países deveriam se desenvolver, até mesmo com um rumo ideal para seu estabelecimento em longo prazo, Nabuco concebe uma proposta muito objetiva sobre como o Brasil deveria se situar nessa configuração. Para o embaixador era essencial conseguir uma forte e exclusiva proximidade com os Estados Unidos, no intuito de garantir o já mencionado eixo de segurança estável⁴⁵, para então servir como interlocutor deste país com a América Latina. A assunção de tal “cargo” seria favorecida por fatores históricos, já que o Brasil havia demonstrado em várias ocasiões uma identificação com o ideal de solidariedade americana⁴⁶, o que o colocava como um aliado preferencial e tradicional dos Estados Unidos na busca pela unidade dos dois mundos americanos, o do norte e o do sul.

⁴² Carta de Joaquim Nabuco a Sr. Hay, 21/06/1905 (AHI).

⁴³ SILVEIRA, *op. cit.*, p.253.

⁴⁴ NABUCO, *op. cit.*, s/d, p.143.

⁴⁵ Carta de Joaquim Nabuco a Rodrigues, 16/07/1908 (Fundaj).

⁴⁶ NABUCO, *op. cit.*s/d., p.133.

Essas visões incentivavam para Nabuco a busca de um bilateralismo radical e desenhavam certa “inevitabilidade” da relação Brasil-Estados Unidos que estaria presente no seu discurso até o final da vida. O embaixador afirma assim que tinha: “a aproximação entre os dois países como nossa *única* política externa *possível*. Ela vale mais para mim do que quantos Dreadnought possamos construir (...) Sem ela valeria muito pouco o nosso isolamento”.⁴⁷

Qualquer relutância em assumir esse caminho que o destino reservara à nação seria um erro político que custaria um alto preço, seja em decorrência do descarte da doutrina Monroe pelos próprios Estados Unidos, seja pela escolha de um substituto ao Brasil nesse relacionamento preferencial.

Dentro de toda essa lógica, Nabuco pensava a inserção dos países americanos à política continental de forma hierárquica⁴⁸, por nível de desenvolvimento, importância e comprometimento. Tal inserção deveria ser feita em degraus, sendo que os Estados Unidos comandariam esse processo. Primeiro pela aceitação do Brasil, que se encontrava logo abaixo do topo dessa pirâmide. Outras importantes repúblicas, tais como Argentina, Chile e México deveriam também ter lugar nesse quadro, mas num momento posterior. E, depois que tal organização estivesse consolidada e estável⁴⁹ seria possível a entrada gradual de todos os outros países americanos na política continental.

Os problemas que poderiam barrar tal movimento de aproximação entre Brasil e Estados Unidos seriam tanto a indiferença norte-americana, quanto o possível desdém brasileiro. O primeiro era histórico, mas tendia a se atenuar já que a postura isolacionista e de indiferença norte-americana estava em declínio por conta do momento expansivo que esse país vivia. O que permanecia como resquício tradicional dela era a repulsa em formar alianças e por isso ainda não havia chegado o momento de criar uma com o Brasil. Essa *entente*, como Nabuco a chamava, só poderia ser criada “cá e lá, sendo longamente preparada de antemão por esforços como os meus”.⁵⁰ O grande medo de Nabuco, no entanto, era que o monroísmo, eixo dessa aproximação, praticamente um dogma nacional, poderia deixar de sê-lo com o tempo e, “nesse dia aí de nós, se a nossa amizade não estiver já bem cimentada”.⁵¹

O outro problema, esse dos maiores, por que interferia diretamente na política tentada por Nabuco a frente da embaixada, dizia respeito à postura brasileira sobre a aproximação com os Estados Unidos. Achava que era possível que o governo brasileiro, leia-se especialmente Rio Branco, tivesse utilizado a embaixada de maneira publicitária e a promoção internacional obtida pelo Brasil lhe teria sido suficiente, sendo que nenhuma política mais coerente,

⁴⁷ Carta reservada de Joaquim Nabuco a Ilanir da Silveira, 31/10/1908 – grifo no original (Fundaj).

⁴⁸ BUENO, *op. cit.*, 2003, p. 167.

⁴⁹ Carta de Joaquim Nabuco a Barbosa Lima, 21/07/1906 (Fundaj).

⁵⁰ Carta reservada de Joaquim Nabuco a Ilanir da Silveira, 31/10/1908 (Fundaj).

⁵¹ Carta confidencial de Joaquim Nabuco a Barbosa Lima, 07/07/1907 (NABUCO, *Cartas II*, p. 277).

ampla ou sistemática estava em seus planos. Nesse sentido Nabuco reclama a seu companheiro e confidente Graça Aranha que, com tentativas de aliança sul-americanas (referia-se aqui aos desenvolvimentos do pacto ABC) e construção de grandes armamentos (referia-se aqui à proposta brasileira de 1908 de rearmamento naval) “mostramos desconhecer a marcha do mundo e não ter o instinto da nossa própria conservação”.⁵²

Da mesma forma que Rio Branco, Nabuco era daqueles que desacreditavam que a política externa agressiva norte-americana viria a prejudicar o Brasil de alguma forma. Definitivamente não estávamos no rol das repúblicas mal governadas da América que necessitavam de uma intervenção corretiva. Ainda assim Nabuco era contra a prática imperialista de Roosevelt. Na sua visão, o monroísmo presente nessa política era estreito, por que tinha como objetivo justificar-se perante a Europa. Diria a Rio Branco: “Note você que eu não acompanho as idéias de Mr. Roosevelt sobre a ocupação norte-americana, ou outra, de alfândegas, etc., de países sul-americanos. O meu monroísmo é mais largo e não me prende a esses expedientes que ele imagina para “justificar” (é a expressão de Mr. Root, “expedientes” é a minha) a doutrina Monroe perante a Europa, a qual o aperta todos os dias por causa desta “doutrina” e sempre em torno da Venezuela”.⁵³

Mesmo com essa crítica, para Nabuco, os Estados Unidos representavam uma opção alternativa e não a corrente geral ou compulsória da época. Realmente era a Europa de 1905 que tinha as significações mais fortes de imperialismo, unilateralismo, belicosidade, etc. De modo algum uma política de aproximação com os Estados Unidos era, em princípio, uma sujeição, ainda que pudesse ser trajada com tal conotação. É certo que alguns elementos perigosos dessa aproximação já estavam presentes àquela época, mas eles ainda se encontravam diluídos e de forma alguma carregavam o ranço que ganhariam no decorrer do século XX. Os Estados Unidos apareciam, assim, por vezes, como um amigo ou modelo a ser seguido, representando a alternativa antiimperialista⁵⁴.

As táticas utilizadas por Nabuco e Rio Branco nesse trajeto de aprofundamento dessa aproximação foram diversas. A primeira, pela recorrente propaganda de diferenciação do Brasil em relação aos povos hispano-americanos, tentava convencer os norte-americanos dos bons auspícios que poderiam trazer ligação estreita com os brasileiros. Já o segundo se baseava na clássica política de interesses e poder⁵⁵. Ambos tentavam garantir seus objetivos por esses meios.

⁵² Carta de Joaquim Nabuco a Graça Aranha, 28/09/1908 (NABUCO, *Cartas II*, p. 315).

⁵³ Carta de Joaquim Nabuco a Rio Branco, 19/12/1905 (NABUCO, *Cartas II*, p. 238).

⁵⁴ Cf. TOPIK, Steven. As relações entre o Brasil e os Estados Unidos na época de Rio Branco. In: CARDIM, Carlos Henrique & ALMINO, João (orgs.). *Rio Branco, a América do Sul e a Modernização do Brasil*. Rio de Janeiro: EMC, 2002, p. 424.

⁵⁵ Cf. RICUPERO, Rubens. O Brasil, a América Latina e os Estados Unidos desde 1930: 60 anos de uma relação triangular. In: ALBUQUERQUE, José A. Guilhon (org.). *Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990): Crescimento, Modernização e Política Externa*. São Paulo: NUPRI, 1996, p. 40-41.

Nesse embate de dupla face, onde a política e a vaidade caminhavam juntas, a II Conferência de Paz de Haia de 1907 exporia, por fim, o equívoco da proposta de Nabuco.

Incorporando, no âmbito mundial, interesses diversos daqueles que norteavam suas ações e alianças no âmbito continental, os Estados Unidos entraram em vários conflitos de interesse com a delegação brasileira na conferência presidida por Rui Barbosa, abalando as suas relações bilaterais⁵⁶. Rio Branco se aplicou, a partir daí, em desenvolver uma política regional de aproximação com a Argentina e o Chile, não havendo nela, no entanto, qualquer intenção de afrontar a posição norte-americana no continente⁵⁷. Pretendia diversificar a política externa brasileira e criar um poder mais bem organizado para resolver as questões que se apresentassem na América do Sul. Mas se os equívocos de Nabuco ficaram patententes em 1907, em 1908 os de Rio Branco também ficariam. Após os constrangedores combates com o ministro do exterior argentino Estanislau Zeballos, seja por conta das tarifas aduaneiras preferenciais dadas aos Estados Unidos, o rearmamento naval brasileiro ou a adulteração do telegrama nº9⁵⁸, Rio Branco reconhecia a impossibilidade de aproximação com a Argentina e a concretização de uma relação estável entre os países vizinhos⁵⁹. Era necessário continuar cultivando a frente já aberta de aproximação com os norte-americanos.

Conclusão

Como fica subscrito nas muitas críticas que o diplomata Oliveira Lima faz à atuação de Nabuco durante todos os seus anos como embaixador em Washington, afirmando em tom cínico que o amigo havia ficado “*too American*, como em Londres fora *too British*, na Itália *too Roman* e na França seria *too French*”⁶⁰, não houve atenção aos problemas que poderiam trazer a adesão incondicional à política externa norte-americana, especialmente no que concerne ao prejuízo que ela traria aos relacionamentos com os países sul-americanos, com os quais era imperativo ter relações minimamente cordiais, e com a Europa, nossa principal fonte de investimentos à época, ainda um forte poder mundial. De fato, o embaixador se doou totalmente a uma proposta que não tinha garantias de retorno. Ainda assim, fica evidenciado para nós que as concepções de Nabuco não foram, de todo, ingênuas. Trabalhando no âmbito do que considerava os interesses nacionais brasileiros, balizados no princípio de proteção

⁵⁶ BURNS, *op. cit.*, p.159.

⁵⁷ Telegrama cifrado de Rio Branco a Nabuco, 28/11/1907 (AHI).

⁵⁸ LINS, *op. cit.*, p.383-389.

⁵⁹ Telegrama de Rio Branco para Nabuco, 19/06/1908 (AHI).

⁶⁰ LIMA, Oliveira. *Memórias (estas minhas reminiscências...)*. Rio de Janeiro: livraria José Olympio editora, 1937, p.212.

territorial, tentou praticar uma política externa ativa de acordo, uma *entente* com a potência do continente, caminho que considerava mais adequado à realidade de um imperialismo territorial agressivo que caracterizava o meio internacional da época.

Esse sentido que Nabuco tentou imprimir à política externa brasileira foi contido em grande parte por Rio Branco. Sendo um intérprete drástico da política de aproximação com os Estados Unidos, Nabuco fazia a primeira espécie de movimento ao qual se referia em seu diário ainda em 1877, transcrito como epígrafe do nosso artigo, aquele que é pura agitação. Todos os jantares, discursos, recepções, amizades e convencimentos não garantiram a realização daquele desejo íntimo, externalizado como anseio nacional, de um entendimento perfeito, uma quase aliança, uma *entente*, com a grande potência do continente, irradiadora de uma civilização que acreditava mais elevada, materialmente e espiritualmente. A Conferência de Haia lhe daria um choque de realidade. A verdade transparecida em ocasiões-chave como essa, repetidas com intensidades variadas durante os cinco anos em que Nabuco viveu no observatório de Washington em meio ao turbilhão de transformações que se operavam no continente americano e no próprio meio internacional, era que nenhuma das duas partes envolvidas em tal processo de aproximação estava preparada para fazer as concessões necessárias que exigiam o tipo de relacionamento que o embaixador pretendia.

Mas Nabuco fez também parte daquele outro movimento, o de que poucos têm consciência, mas o único que teria algum efeito na realidade. Ele o reconhecia. Enxergava a evolução de longa duração na qual estava imerso. Não havia entrado em cena no seu início, marcado pela instauração do regime republicano, mas participava de algum dos seus atos, tentando improvisar uma ação mais duradoura. É difícil precisar em que medida obteve êxito nesse seu intento, todavia é categórico que foi interlocutor de parte da elite e da opinião pública da nação brasileira e caminhou cerrando fileiras junto com outras personalidades do período, ainda que fosse a mais drástica delas, por um tipo de política continental que entendia ser a melhor para o Brasil.

*Recebido em 31 de agosto de 2005
Aprovado em 14 de novembro de 2005*

Resumo

Rio Branco, com a criação da embaixada brasileira em Washington em 1905, deu um novo fôlego para o movimento de aproximação com os Estados Unidos que já se verificava na política externa desde o advento da República. Nesse contexto, o objetivo da nossa pesquisa é, por meio de um trabalho de análise histórica, tendo como base, essencialmente, documentação primária, entender as concepções políticas e a influência

que o primeiro ocupante do cargo de embaixador, Joaquim Nabuco, teve na condução desse relacionamento.

Abstract

Rio Branco, with the creation of the Brazilian embassy in Washington in 1905, gave a new breath for the movement of approach with the United States that already was verified in the foreign policy since the advent of the Republic. In this context, the objective of our research is, by means of a work of historical analysis, having as base, primary documentation, understand the political conceptions and the influence that the first occupant of the position of ambassador, Joaquim Nabuco, had in the conduction of this relationship.

Palavras-chave: Joaquim Nabuco; política externa brasileira; Primeira República; monroísmo; pan-americanismo; Estados Unidos; Rio Branco

Key words: Joaquim Nabuco; Brazilian foreign policy; First Republic; monoism; pan-americanism; United States; Rio Branco